

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 404.201 - SC (2013/0332710-4)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
EMBARGANTE : ITAÚ SEGUROS S/A
ADVOGADOS : SÉRGIO ALEXANDRE SODRÉ E OUTRO(S) - SC010541
FERNANDO ANSELMO RODRIGUES - SP132932
ANA PAULA ARENALES MAGRO VENNA - SP117439
LUIS FELIPE CIMINO PENNACCHI - SP305349
EMBARGADO : MARLA MODAS COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA
ADVOGADO : JANAINA LENHARDT PALMA E OUTRO(S) - SC013126B
INTERES. : IRB BRASIL RESSEGUROS S/A

DECISÃO

Trata-se de embargos declaratórios opostos por ITAÚ SEGUROS S/A contra decisão (e-STJ, fls.276/277) que julgou prejudicado o recurso especial, com fundamento no art. 34, XI, do RISTJ.

Em suas razões, a parte embargante afirma, em síntese, que *"parece ter cometido erro in procedendo este nobre relator ao julgar prejudicado o recurso especial com base na existência da sentença que resolveu a fase de conhecimento, quando o recurso tem origem em decisão da fase de cumprimento de sentença! Conforme já alegado acima, o Agravo de Instrumento que gerou o recurso especial em questão foi interposto em face de decisão proferida na fase de cumprimento de sentença, em face da decisão que acolheu em parte a impugnação"* (e-STJ, fl. 280).

Por fim, aduz que *"a decisão embargada padece também de omissão em relação aos dispositivos legais que estão sendo tratados no recurso especial bem como a correta decisão impugnada por meio do referido recurso"* (e-STJ, fl. 281). Requer, pois, a devida complementação jurisdicional, para que seja suprida a omissão em relação às matérias do recurso especial que não foram tratadas na decisão.

É o relatório. Decido.

Os embargos de declaração têm como objetivo esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou suprimir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o órgão julgador de ofício ou a requerimento das partes, bem como para corrigir erro material (CPC/2015, art. 1.022), sendo inadmissível a sua oposição para rediscutir

questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide.

Alega o embargante, em síntese, que *"a decisão citada na decisão embargada se refere ao julgamento da fase de conhecimento (datada de 29/11/2005), e o Agravo de Instrumento em que originou o presente recurso especial foi interposto na fase de cumprimento de sentença, em 11/06/2010 (5 anos depois da sentença pela qual a decisão embargada faz referência)! Sendo assim, parece ter cometido erro in procedendo este nobre relator ao julgar prejudicado o recurso especial com base na existência da sentença que resolveu a fase de conhecimento, quando o recurso tem origem em decisão da fase de cumprimento de sentença!"* (e-STJ, fl. 280).

No entanto, a decisão embargada julgou prejudicado o recurso especial, em razão da sentença de mérito, que julgou extinto o cumprimento de sentença, na forma do artigo 924, II, do CPC/2015, a qual transitou em julgado em 05 de março de 2018. Na decisão embargada constou:

"Em consulta ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, constata-se que, na ação principal (processo n.º 0001339-34.2003.8.24.0005), que originou o agravo de instrumento do qual decorre o recurso especial em epígrafe, sobreveio sentença de mérito, que julgou extinto o processo na forma do artigo 924, II, do CPC/2015, como se observa, in verbis:

*Ante a satisfação integral dos débitos referente ao valor atualizado da apólice (R\$ 500.000,00), ao valor atualizado do ponto comercial (R\$ 150.000,00), referente à parte da indenização por danos emergentes e aos honorários advocatícios, devidos em razão da sucumbência na ação principal, **JULGO EXTINTO o presente cumprimento de sentença, na forma do artigo 924, II, do CPC.**"*

Desse modo, em razão do superveniente julgamento da ação, resta prejudicado o apelo nobre interposto contra acórdão que julgou o agravo de instrumento ante a perda de seu objeto. Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. OBRIGAÇÃO. CUMPRIMENTO INTEGRAL. ART. 924, II, DO CPC/2015. PERDA DE OBJETO.

1. A extinção do cumprimento de sentença em razão do pagamento integral do débito, com base no art. 924, II, do CPC/2015, importa na perda de objeto do recurso

especial interposto contra decisão proferida na referida fase executiva.

2. Agravo interno não provido.

*(AgInt no REsp 1617599/DF, Rel. **Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 13/04/2018)*

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APELO NOBRE INTERPOSTO NA FASE DE IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO PELO PAGAMENTO DO DÉBITO E EXTINÇÃO DO PROCESSO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A extinção do feito executivo em razão do pagamento integral do débito, com base no art. 794, I, do Código de Processo Civil, importa no reconhecimento da perda do objeto do recurso especial interposto na fase de impugnação ao cumprimento da sentença.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

*(AgRg no AREsp 564.422/SC, Rel. **Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2015, DJe 14/12/2015)*

Diante do exposto, com fundamento no art. 34, XI, do RISTJ, julgo prejudicado o recurso especial." (e-STJ, fls. 276/277)

Ademais, como visto, tendo sido reconhecido na decisão embargada que já fora determinada a extinção do cumprimento de sentença, ante a satisfação integral, na forma do artigo 924, II, do CPC/2015, em decisão transitada em julgado, não há que se falar em análise de mérito de quaisquer questões trazidas no recurso especial, que restou prejudicado.

De ver-se, portanto, que os presentes embargos declaratórios revelam o nítido propósito da parte embargante em rediscutir temas que foram devidamente apreciados, o que é defeso por meio da via processual escolhida, desautorizando, deste modo, o acolhimento da pretensão embutida nos aclaratórios.

Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator